

UNASUL, CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO E COOPERAÇÃO: LIÇÕES DA COOPERAÇÃO MILITAR ENTRE AS MARINHAS DE BRASIL, ARGENTINA E URUGUAI

Antonio Henrique Lucena Silva*
Claudio Rogerio de Andrade Flôr**

RESUMO

O Conselho de Defesa Sul-Americano foi proposto por Brasil e Venezuela para servir como um mecanismo de cooperação militar e defesa regional. Entre os princípios do CDS estão a confidence building measures e a cooperação no campo de defesa reconhecendo as diferentes realidades nacionais. Este artigo se propõe a fazer uma análise desses princípios do CDS-UNASUL, tomando como base as lições de cooperação entre as Marinhas de Brasil, Argentina e Uruguai. O trabalho está dividido da seguinte forma: A primeira seção fará uma revisão de literatura sobre a cooperação em matéria de segurança e defesa. A segunda seção abordará um panorama da cooperação entre Brasil, Argentina e Uruguai no setor naval. Na terceira seção abordamos os Jogos de Guerra. Nas considerações finais, abordaremos a possibilidade de extensão das lições aprendidas entre as três marinhas para o continente, levando em consideração e a sua relação com a construção de uma comunidade sul-americana de segurança.

Palavras-chave: Segurança regional, defesa regional e cooperação militar.

ABSTRACT

The South American Defense Council (CDS) was proposed by Brazil and Venezuela to serve as a mechanism for regional

* Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense, Pesquisador do Núcleo de D&R - UFPE Brasil; e Integrante do Projeto SISDEBRAS - Sistema Brasileiro de Segurança e Defesa, Rua Passos da Pátria, nº106, Q15 - São Domingos - Niterói - RJ. Email: antoniohenriquels@gmail.com

** Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense Professor da Escola de Guerra Naval, Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha - Urca - Rio de Janeiro - RJ. Email: claudioconsultoria@yahoo.com.br

defense and military cooperation. Among the principles of the CDS measures are confidence building and cooperation in defense field, recognizing the different national realities. This article proposes to make an analysis of the principles of UNASUR-CDS, based on the lessons of cooperation between the navies of Argentina, Brazil and Uruguay. The paper is divided as follows: The first section will review the literature on cooperation in security and defense. The second section will cover an overview of cooperation between Brazil, Argentina and Uruguay in the naval sector. In the third section discusses the War Games. In concluding remarks, we discuss the possible extension of lessons learned among the three navies to the continent, and taking into account its relationship with the construction of a South American security community.

Keywords: Regional security, regional defense and military cooperation.

INTRODUÇÃO

A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) é formada pelos 12 países da América do Sul. A criação da UNASUL possui como precedente a Comunidade Sul-Americana de Nações. Ela tem início em 8 de dezembro de 2004, com a assinatura da Declaração de Cusco, sendo oficializada por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Posteriormente, em 2007, na Cúpula de Margarita, os países adotam o nome de UNASUL para o processo de integração da América do Sul. Institucionalmente, a UNASUL possui Conselhos para os seguintes temas: Desenvolvimento Social, Educação, Ciência, Cultura, Tecnologia, Inovação, Saúde, Infra-Estrutura e Planejamento, Luta contra o Narcotráfico, Energético e de Defesa.

O último tema, o de Defesa, tem despertado atenções sobre o seu conselho - O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). O dilema da segurança¹ é caracterizado como questão existencial da condição humana em que ela não é ocasional ou passageira (BOOTH; WHELLER, 2008). Nesse sentido, ela faz parte do cotidiano dos grupos e indivíduos e caracteriza-se como algo inevitável. Essa condição de incerteza que caracteriza as relações internacionais significa que os policy-makers não podem ter um grau absoluto de certeza sobre as intenções e motivos de terceiros que

¹ A idéia de dilema de segurança foi introduzida por John Herz (1950) na vertente realista das Relações Internacionais. O dilema reside quando Estados entram em políticas competitivas para aumentar a sua segurança e reduzir a segurança do adversário. O outro Estado responde a essa insegurança com políticas para aumentar a sua segurança. A aquisição de material militar é um elemento dessa política. Gera-se, portanto, um ciclo vicioso em que um Estado busca aumentar a sua segurança, mas ambos estão mais inseguros.

possam gerar danos em sentido militar (*idem*). No entanto, Estados criam instituições para reduzir incertezas e possibilitar a previsibilidade das suas ações. A criação de comunidades de segurança possui como objetivo reduzir a insegurança. A concepção de “comunidade de segurança” foi desenvolvida por Karl Deutsch (1957) cuja concepção coloca em evidência a integração de interesses e a preferência por uma resolução pacífica dos conflitos. Portanto, quando Estados se engajam na criação de uma comunidade de segurança, sinalizam que eles buscam alcançar graus mais elevados de segurança, mesmo em “circunstâncias” de incerteza. As instituições de segurança, necessárias para a formação das comunidades, são mecanismos de promover o diálogo e de aprendizado entre os Estados para repensar suas prioridades em segurança e embarcar em um sistema colaborativo (*idem*).

Em duas disposições, o CDS coloca que está no seu bojo a realização de exercícios militares, elaboração de políticas de defesa e integração da base industrial de defesa da América do Sul. O foco desse artigo reside na análise dos exercícios militares entre as Marinhas de Brasil, Argentina e Uruguai. O enfoque das Marinhas, na busca por segurança no Atlântico Sul, visa responder as seguintes questões: 1) O CDS poderia ser um mecanismo eficiente de redução das incertezas na América do Sul? 2) Como a análise dos exercícios militares das Marinhas pode servir para a construção de medidas de confiança (*confidence-building measures*) para uma política de defesa do CDS? O objetivo desse artigo é mostrar como os exercícios militares navais de Brasil, Argentina e Uruguai representam, ao longo do tempo, um marco de cooperação militar e de confiança entre os Países. Dessa forma, tomamos como exemplo o processo de integração no Cone Sul e à análise desse à luz dos exercícios. Argumentamos que esses exercícios servem como marco de referência para os futuros exercícios militares planejados pelo CDS.

O artigo está dividido da seguinte forma: Na primeira seção, tratamos de questões teóricas sobre dilema de segurança e desarmamento, a relação Brasil-Argentina e a criação do CDS-UNASUL. Na segunda seção, analisamos os exercícios militares das Marinhas de Brasil, Argentina e Uruguai. Na terceira seção, descrevemos os Jogos de Guerra (no campo estratégico-operacional). Na quarta e última seção, colocamos as considerações finais sobre a importância dos exercícios e a sua relação com a construção de uma comunidade de segurança na América do Sul.

SEGURANÇA, COOPERAÇÃO MILITAR E UNASUL: QUESTÕES TEÓRICAS E EMPÍRICAS

As abordagens tradicionais sobre a segurança militar advogam a existência de uma anarquia no sistema leva, inevitavelmente, a um dilema

de segurança (HERZ, 1950). Para Herz (1950, p.157), grupos ou indivíduos vivendo em um ambiente dessa natureza leva a preocupações em serem atacados, subjugados, dominados ou aniquilados por outros grupos ou outros indivíduos. Essa situação acarreta um círculo vicioso de aquisição de poder e segurança para se preparar para o pior. No entanto, outros autores colocam que, apesar da existência da anarquia no sistema internacional, não é inevitável que ela produza um dilema de segurança, ela pode fomentar uma cooperação entre os Estados (WENDT, 1992, p.407). Wendt (idem) aborda a ação estatal sobre a influência da “estrutura”, ou seja, anarquia e a distribuição de poder, versus o “processo”, interação e aprendizagem. A operação do dilema da segurança é um resultado das práticas dos Estados e não da estrutura do sistema. Portanto, se são as práticas, elas podem mudar.

Outros autores como Young (1968) e Jervis (1970) vão abordar como os policy-makers constroem a sua imagem de segurança, e também cooperam Jervis (1978). Estados também buscam cooperar para superar questões como o dilema de segurança através da segurança cooperativa² visando obter um maior controle das armas e, em um grau mais avançado, o desarmamento. No início da década de 1990, a política nuclear brasileira teve uma mudança substancial: a assinatura do tratado de Cooperação com a Argentina, a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e o acordo quadripartite com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), que passou a monitorar os dois países. Em seguida, o Brasil, que já era signatário do Tratado de Tlatelolco, que consagra a América Latina como zona livre de armas nucleares, também decidiu firmar o TNP. O Tratado de Assunção, firmado em 1991 entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, estabelecia o Mercado Comum do Sul – Mercosul que visava dinamizar a economia regional com a livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais. A cooperação com a Argentina na formação da ABACC encontra respaldo na teoria clássica sobre desarmamento. Para Claude (1964), armas (nesse caso, as nucleares) são um objeto que causa insegurança e não segurança. Elas são vistas como um elemento de aumento das tensões entre os Estados que, em tempos de crise, ficam propensos a fazer o uso da força. Portanto, a solução para esse dilema é a redução de armamentos, diminuindo, como consequência, as preocupações com o seu

²A segurança cooperativa faz parte da comunidade de segurança. Os Estados podem cooperar para o controle de armas, contra-terrorismo, inteligência entre outras questões como, no sentido mais abrangente, a segurança econômica. Atualmente, a segurança cooperativa é um conceito mais avançado do que o de segurança coletiva. Tal conceito de segurança cooperativa e diplomacia preventiva estão inseridos no novo contexto de emergência de um mundo multipolar. Para maiores detalhes ver: AZAMBUJA, Marcos Castrito de. As Nações Unidas e o conceito de segurança coletiva. *Estud. av.* vol.9 no.25 São Paulo Sept./Dec. 1995.

possível uso. Tanto Brasil como Argentina seguiram esse caminho para o fortalecimento da cooperação bilateral. O controle das armas nucleares é importante porque, apesar de não mudar a questão central de aquisição de poder militar via armamentos, foca em questões específicas e altera a percepção das relações bilaterais.

Para Resende-Santos (2002) as relações entre a Argentina e o Brasil passaram por um período de substancial modificação. Na década de 1970 a cooperação em segurança, restrita a questão militar-organizacional e estratégica, vai adquirindo a um estabelecimento pacífico da conjuntura no Cone Sul. Na década de 1980 os acordos de Itaipu-Corpus e o nuclear não foram importantes apenas para por fim à disputa militarizada dos dois países, mas, também, para estabelecer as primeiras bases de um arranjo institucional que se transformou em um dos regimes de segurança mais duráveis do mundo (idem). Apesar dos avanços e recuos na relação entre Brasil e Argentina, o Brasil necessita de um sócio estratégico forte com quem possa construir poder internacional num contexto de integração (CANDEAS, 2005, p.210).

Fawcett (2008, p.308) coloca que vários organismos regionais adquiriam aspectos relativos à segurança. Um deles é o Mercosul. É nesse sentido que atividades de segurança como a construção de medidas de confiança mútua, cooperação em segurança, segurança e desenvolvimento econômico ganham ênfase.

No ano de 1998 o Mercosul inclui em seus princípios um compromisso com a democracia, no nível regional, no “Compromisso Democrático” e Paz³. Portanto, o Mercosul é considerado uma instituição regional de segurança de terceira onda (1987-2007) junto com NAFTA, CIS, APEC entre outros (idem, 317). A dimensão regional de segurança pode ser interpretada como uma forma de promover relações pacíficas e preditivas entre os seus membros construindo segurança e comunidade através da cooperação (ADLER; BARNETT, 1998). Além do mais, uma organização regional de segurança de ser entendida como uma instituição que possui uma referência à provisão de segurança através da coordenação de defesa, segurança e política em algum nível (FAWCETT, 2008, p.311).

A União das Nações Sul-Americanas é formada pelos 12 países da América do Sul. O seu Tratado Constitutivo foi assinado em 2008, mas a entrada em vigor ocorre em 11 de março de 2011 quando 9 países - Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela

³ Para maiores detalhes ver: www.mercosur.int. Acesso em 24 de agosto de 2011.

(número mínimo necessário de ratificações) depositam o tratado. De acordo com o Itamaraty⁴ a UNASUL possui como objetivo:

“construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a criar a paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados”.

Essa nova conjuntura tem despertado atenção de acadêmicos e pesquisadores para a sua importância (GUIMARAES, [2007?]; FLEMES, 2004; SENHORAS; VITTE, 2007; TEIXEIRA JUNIOR, 2010). No âmbito da UNASUL, destacamos a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano como elemento catalisador da relação de segurança cooperativa entre os Estados.

Em 15 de dezembro de 2008, na cúpula extraordinária da Unasul, foi finalmente aprovada a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, que passou a ter em sua composição os ministros de defesa da Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela. Cabe ao Conselho de Defesa a elaboração de políticas de defesa conjunta, promoção do intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país, realização de exercícios militares conjuntos, participação em operações de paz das Nações Unidas, promover a troca de análises sobre os cenários mundiais de defesa e a integração de bases industriais de material bélico⁵. Essas medidas possuem como ponto fundamental a construção de medidas de confiança (confidence-building measures) com o intuito de fortalecer a estabilidade na América do Sul. A integração da base industrial de defesa sul-americana é um ponto complexo na agenda do CDS, no entanto, ela pode servir como um instrumento para alavancar o poder político, econômico e militar da região (VILELA, 2009). Com relação aos exercícios militares conjuntos, eles constituem mais uma medida de construção de confiança. Anteriormente a designação do CDS,

⁴ Para maiores detalhes ver: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>. Acesso em 24 de agosto de 2011.

⁵ As atribuições do CDS estão expostas no sítio web da organização: <http://www.cdsunasur.org/> Acesso em 24 de agosto de 2011.

as Marinhas do Brasil, Argentina e Uruguai realizaram exercícios conjuntos. Esses exercícios servem como referência para as confidence-building measures, porque, eles mostram como a dinâmica de contenção evoluiu para uma de cooperação.

Brasil e Argentina possuem um histórico de cooperação entre as suas Marinhas. Elas remontam aos governos Kubitschek e Frondizi (SILVEIRA, 2010) na realização de exercícios. Esses exercícios possuem especial relevância porque foram as primeiras iniciativas para pavimentar uma atividade cooperativa entre os dois Países. O aumento do diálogo militar-estratégico entre os dois Países leva a uma percepção comum da construção de uma estratégia dissuasiva.

As avaliações sobre a importância estratégica da região do Atlântico Sul tem se alterado significativamente. A região possuía uma importância geopolítica secundária, fator que foi modificado pelo descobrimento de jazidas de petróleo e gás, conhecidas como pré-sal (VAZ, 2011, p.63). Desde os anos 1990 a Argentina, em seu Livro Branco de Defesa Nacional (apud VAZ, 2011) considera que o Atlântico Sul é uma região de paz e cooperação, mas pode ser alvo de competição internacional por recursos energéticos e alimentares, demandando, assim, uma maior intensidade no seu patrulhamento. Para Vaz “do ponto de vista militar, a Força Naval argentina almeja, a exemplo do Brasil, consolidar-se como Marinha de águas profundas, com capacidades antiaéreas, antissuperfície e antissubmarinos, mas também com capacidades ofensivas e dissuasórias no que tange aos recursos aeronavais e submarinos” (idem). Convém ressaltar que a Marinha Britânica, antes da entrada na Guerra das Malvinas em 1982, tinha uma cultura institucional de beneficiar o desenvolvimento de material tecnologicamente avançado. Para (FINLAN, 2004, p.34-35) esse aspecto foi crucialmente importante porque o submarino nuclear que afundou o cruzador argentino Belgrano teve uma participação especial na vitória. Além do mais, submarinos nucleares possuem uma capacidade maior do que um a diesel-elétrico. Mesmo sem uma articulação estratégica clara na Guerra (idem), a Royal Navy conseguiu vencer a batalha no Atlântico Sul devido a vitórias decisivas, articulando estratégia e material bélico avançado. A perda operativa da Marinha Argentina após o conflito foi notória (CARDOSO, 2004, p.11).

É no ano de 1993 que a cooperação entre as Marinhas ganha um novo fôlego. A descida de uma aeronave Super Etendart da Armada Argentina no Navio-Aeródromo brasileiro representou um marco na cooperação entre os dois Países (CARDOSO, 2004). Os Estados Unidos não permitem a operação a bordo de aeronaves que sejam de outros países, mesmo se tratando de Nações amigas.

No entanto, a cooperação naval brasileira não se limitou à Armada da República Argentina (ARA). Na realidade, essa cooperação como que se espalhou para outros países vizinhos chegando hoje às marinhas do outro lado do Atlântico Sul. Para abordar o conjunto de atividades entre as duas marinhas foram acrescentadas outras que participam em exercícios no mar/ rio ou em terra como as Armadas das Repúblicas do Paraguai (ARPAR) e Oriental do Uruguai (AROU). Para possibilitar um melhor entendimento, dividiu-se o assunto em dois blocos de cooperação militar-naval: principais operações navais – no mar e nos rios – e jogos de guerra no nível estratégico/ operacional.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES NAVAIS NO MAR E NOS RIOS: OS EXERCÍCIOS MILITARES

Speller (2008, p. 170), concordando com Eric Groove⁶, tipifica as três funções básicas desempenhadas pelas marinhas no que tange ao uso do mar. São eles: o diplomático, o militar e o constabular. O quadro abaixo sintetiza essas três funções com suas práticas.

FUNÇÕES BÁSICAS DAS MARINHAS

Diplomático	Militar	Constabular
Mostrar a bandeira	Diplomacia das canhoneiras	Projeção de poder
Controle do mar	Negação do mar	Manutenção da soberania e da ordem
Proteção e aproveitamento dos recursos nacionais	Manutenção da paz internacional	

Pretende-se aqui mostrar que alguns Estados da América do Sul iniciaram um processo de construção de confiança mútua por meio de práticas militares no uso do mar. Práticas essas que poderiam ser

⁶ Nos anos 70, Ken Boot descreveu as três funções básicas das marinhas quanto ao uso do mar: diplomática, militar e policial. Eric Groove adotou uma abordagem similar substituindo o termo “policial” por “constabular”.

⁷ Na função diplomática, considerou-se a prática de “mostrar a bandeira” normalmente é realizada por todas as marinhas do mundo. Na função constabular, a prática mais próxima é “manutenção da paz internacional”. As operações de manutenção de paz da ONU são guiadas por três princípios básicos: o consentimento das partes; imparcialidade; não-utilização da força, salvo em legítima defesa e na defesa do mandato (UN, 2011). As operações que serão apresentadas são semelhantes somente quanto ao consentimento dos países envolvidos em utilizar seus meios navais de combate em exercícios do mar.

enquadradas nas funções diplomática e constabular⁷ com um propósito maior tendencioso ou, por que não dizer, virtuoso de contribuição para a paz entre os países envolvidos. O mais interessante, é que esse processo se inicia no período da Guerra Fria e entre Estados governados por regimes militares. O processo não foi interrompido pelos governos democráticos até os dias atuais e, ao contrário, se espraia pelo continente africano.

O quadro a seguir se propõe a dar uma ideia dessas principais práticas no mar, denominadas de operações navais, realizadas nas últimas décadas

Décadas / Operações	1970	1980	1990	2000	2010
NINFA	ARPAR	ARPAR	ARPAR	ARPAR	ARPAR
FRATERNNO	ARA	ARA	ARA	ARA	ARA
ARAEX			ARA	ARA	
ACRUX				ARA, AROU ARPAR, ARBO ⁸	ARA, AROU ARPAR, ARBO
ATLASUR					ARA, AROU, SAN ⁹

e das quais participaram algumas das marinhas da América do Sul.

A Operação FRATERNNO começou em 1978 e tem uma periodicidade praticamente anual, em função, naturalmente, da disponibilidade orçamentária de ambos os países. A Marinha do Brasil (MB) e a ARA realizaram a Operação “Fraterno XXIX” entre os dias 13 e 20 de maio 2011

⁸ ARBO – Armada Boliviana

⁹ SAN – South Africa Navy.

(MARINHA..., 2011), na área marítima compreendida entre o Rio Grande (RS) e Mar del Plata, na Argentina. O propósito tem sido o de manter o nível de adestramento dos navios das Esquadras, avaliar de forma controlada os exercícios e táticas empregadas e incrementar a cooperação e o estreitamento dos laços de amizade entre as Marinhas.

A Operação NINFA é realizada desde a década de 1970. Atualmente tem uma periodicidade bienal. Trata-se de um exercício conjunto envolvendo ações ribeirinhas no rio Paraguai e em suas margens, onde são empregados Fuzileiros Navais do Grupamento Naval de Ladário, navios da Flotilha de Mato Grosso (MB), infantaria e navios da ARPAN. Em agosto de 2010 foi concluída a vigésima terceira NINFA. Tem como propósito incrementar a interoperabilidade entre as duas marinhas, aplicar procedimentos operativos na condução de operações em ambiente ribeirinho e consolidar os laços de amizade que unem os dois países (BRASIL, 2010).

Até 2002, foram conduzidas seis operações denominadas ARAEX com a MB e a ARA em águas Argentinas. Essa prática naval tem como propósito incrementar a interoperabilidade entre as duas Marinhas na área de operações aeronavais¹⁰ (CARDOSO, 2007). Nesse ano, foram realizados 69 toques e arremetidas, 31 enganches (pousos) e 33 catapultagens de aeronaves Super Etendard e Turbo Tracker argentinas¹¹. Além disso, as duas Marinhas participaram de uma cerimônia em memória aos mortos da Guerra das Malvinas, em especial do Cruzador ARA General Belgrano (EJERCICIO..., 2002). Esse tipo de operação entre os dois países foi interrompido em função da indisponibilidade do navio aeródromo brasileiro NAE São Paulo que se encontra em reparos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Iniciada neste século, a Operação ATLASUR já conta com oito operações concluídas com êxito. No período de 1º a 7 de novembro de 2010, ocorreu a Operação ATLASUR VIII (MB, 2010b) da qual participaram as Marinhas da Argentina, África do Sul, Brasil e Uruguai. Esse exercício de periodicidade bienal tem como objetivo construir e desenvolver a interoperabilidade entre as Marinhas envolvidas. Além disso, se propõe a

¹⁰A interoperabilidade em meios aéreos e navais no mar depende essencialmente de confiança entre os operadores dos navios-aeródromos e os pilotos navais. Essa confiança somente é conquistada após o sucesso de alguns exercícios que envolvem risco de vida para, principalmente, os pilotos navais. Desse modo, pousar ou decolar confiando em meios materiais e humanos de outros países é um assunto delicado.

¹¹ As operações aéreas em navios-aeródromos podem ser tipificadas como: toque e arremetida na qual a aeronave de asa fixa (AAF) somente toca com as rodas do trem de pouso no convés de vôo do navio e decola em seguida; catapultagem quando a AAF é lançada com o auxílio de um equipamento denominado catapulta; e enganches quando um outro equipamento denominado a aparelho de parada possibilita o pouso da AAF em um curto espaço físico, desde que o gancho da AAF se prenda ao cabo de parada desse equipamento.

aprimorar os procedimentos táticos, doutrinários e operacionais visando guerras simétricas e assimétricas e, simultaneamente, encorajar a amizade e a confiança mútua entre as tripulações participantes (EXERCISE, 2010).

A Operação ACRUX é realizada com a participação da MB, ARA, ARPAR, AROU e da Armada da Bolívia. O propósito maior dessa operação é promover a interoperabilidade, realizar o planejamento e operações ribeirinhas combinadas entre os meios participantes (REUNIÃO..., 2010c). Essas práticas são realizadas a cada dois anos, nos anos ímpares, na bacia Paraguai-Paraná. Este ano foi concluída a quinta operação ACRUX nos rios Paraguai, Paraná e Uruguai (POGGIO, 2011).

JOGOS DE NÍVEL ESTRATÉGICO-OPERACIONAL: O JOGO TRILATERAL

A Escola de Guerra Naval (EGN), instituição da MB de altos estudos militares, participa de vários Jogos de Guerra (JG) com centros acadêmicos semelhantes de outras marinhas das Américas. Os JG¹² são ferramentas de baixo custo utilizadas didaticamente ou analiticamente no auxílio à decisão para a solução de problemas simples, complicados e complexos.

O Jogo TRILATERAL, por exemplo, é um JG realizado entre as Escolas de Guerra Naval da ARA, AROU e MB. Iniciado em 2001 (BRASIL, 2000), é classificado como jogo do tipo seminário com periodicidade anual e tem como propósito a interação das três instituições de altos estudos militares. Os principais objetivos são prover um fórum de diálogo acadêmico, intercâmbio de idéias e conhecimentos que contribuam para fortalecer as bases de entendimento mútuo entre as Marinhas, nas áreas de planejamento, análise e soluções de crises internacionais, com o emprego de forças navais, nos níveis de decisão estratégico e operacional.

A MB entende a existência de quatro níveis domésticos que são político, estratégico, operacional e tático. Resumidamente pode-se dizer que o nível político decide o que fazer, o estratégico os caminhos para alcançar a decisão política, o operacional gerencia os meios a serem empregados de acordo com a estratégia selecionada e o tático executa as ações de seu nível.

O Jogo faz uso de um cenário regional, normalmente o Atlântico Sul, onde são posicionadas forças navais dos três países. Essas forças são constituídas de meios que existem nas respectivas marinhas. No entanto, o posicionamento desses meios é fictício o que significa uma redução expressiva do custo financeiro do exercício, devido à economia que se faz

¹² Para um melhor entendimento do que vem a ser um JG, sugere-se consultar Flôr e Beirão (2010).

de combustível, desgastes de material e outras despesas.

Nesse cenário, os participantes dos três países, que passam a se denominar jogadores, são submetidos a situações fictícias, correntes ou prospectivas onde se vêem obrigados a decidir em um colegiado nos níveis estratégico e operacional. Do confronto de ideias permeado por suas culturas, leis domésticas e leis internacionais reconhecidas por seus países, os jogadores procuram identificar soluções conjuntas para problemas situacionais impactantes e imprevistos para suas populações e seus territórios. Este ano, a EGN patrocinou esse Jogo em suas instalações que ficam situadas no Rio de Janeiro (BRASIL, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão de segurança regional da América do Sul não prescinde do dilema de segurança, assim como, das práticas dos Estados ganhando ênfase na segurança cooperativa. Mercosul, TNP, ABACC, Tlatelolco, UNASUL, CDS e outras ações políticas convergem para a construção de medidas de confiança mútua entre os países do cone sul, pelo menos.

As marinhas argentina, brasileira, uruguaia, paraguaia e outras iniciaram um processo paralelo de construção de segurança regional no âmbito militar-naval. No mar e nas bacias do Cone Sul, essa ideia permanece nos dias atuais e, de certa forma, como que contagia outros países. Os jogos de guerra aparecem como complementos para o enfrentamento de problemas mais complexos que os anteriores do século passado. Se há países que defendem práticas preemptivas ameaçadoras em nome de sua segurança singular, países como Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e, mais recentemente, África do Sul têm adotado práticas preemptivas não ameaçadoras em nome da pluralidade de uma segurança regional onde tem predominado a paz.

É nesse sentido que os exercícios militares navais e JG representam uma expertise importante para servir como referência. Eles podem ser ampliados a outros países integrantes do CDS como mais uma medida de construção de confiança. Por meio desses exercícios, há o intercâmbio de experiências, idéias, informações, documentos, tecnologias e doutrinas. Além do mais, eles facilitam o contato entre elites militares. A construção de uma Comunidade de Segurança ainda parece estar longe de ser alcançada por depender de conjunturas regionais ou mesmo internacionais, no entanto, pode-se dizer que muito já foi construído. A longa rota a ser percorrida é menor pelo prolongado período de estreitamento de laços de confiança e de amizade ocorridos.

REFERÊNCIAS:

- BOOTH, Ken; WHEELER, Nicholas J. Uncertainty. In: WILLIAMS, Paul D. (Ed.) Security studies: an introduction. Nova Iorque: Routledge, 2008.
- BRASIL. Comando do 6º Distrito Naval. Operação NINFA XXIII. ago. 2010. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/com6dn/marinha_informa/Ninfa.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2011.
- BRASIL. Escola De Guerra Naval. Comunicação Interna nº 14.2-18, de 5 de maio de 2011. Designação de participantes do Jogo de Guerra TRILATERAL/2011.
- BRASIL. Estado-Maior da Armada. Portaria nº 439, de 28 de dezembro de 2000. Programa de Conclaves não-Governamentais no País (evento 62).
- CANDEAS, Alessandro. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. Rev. bras. polít. Int., Brasília, v.48, n. 1, p.178-213, jan./jun. 2005.
- CARDOSO, Mario Jorge Menezes. A importância da cooperação militar entre as Marinhas do Brasil e da Argentina. Rev. Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 126, n. 04/06, abr./jun. 2006.
- CARDOSO, Mario Jorge Menezes. As operações navais conjuntas entre as marinhas do Brasil e da Argentina e a sua importância para a segurança e defesa regional do Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2004. Ensaio apresentado no Curso de Estado-Maior da Escola de Guerra Naval.
- CLAUDE, Inis L. Swords into Ploughshares: the problems and progress of international organization. Nova Iorque: Random House, 1964.
- DEUTSCH, Karl. Political Community and the North Atlantic Area. Nova Iorque: Greenwood Press, 1957.
- EJERCICIO Argentino-Brasileño ARAEX VI. AviaciónArgentina.net, Feb. 2010. Posts. Disponível em: <<http://www.aviacionargentina.net/foros/armadas.40/4168-ejercicio-argentino-brasileño-araex-vi.html?langid=1>>. Acesso em: 20 ago. 2011.
- EXERCISE ATLASUR VIII: South Africa to South America. South African Navy, Pretoria, [s.d]. Disponível em: <http://www.navy.mil.za/archive/1010/101025_Atlasur_South_America/101025_SA_to_South_America/article.htm>. Acesso em: 20 ago. 2011.
- FAWCETT, Louise. Regional Institutions. In: WILLIAMS, Paul D. (Ed.) Security studies: an introduction. Nova Iorque: Routledge, 2008.
- FINLAN, Alastair. The Royal Navy in the falklands conflict and the gulf war: culture and strategy. Londres: Frank Cass, 2004.

FLEMES, Daniel. Uma comunidade de segurança na América do Sul: notas teóricas sobre a cooperação na política de segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile. 2004. Disponível em: <<http://www.resdal.org/art-flemes.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

FLÔR, Cláudio; BEIRÃO, André. Jogos (outros que não) de Guerra. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABED, 4., 2010, Brasília. A defesa e a segurança na América do Sul. Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org/page4/page48/page50/page62/files/rogeriobeirao.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. O mundo multipolar e a integração sul-americana. *Comunicação&Política*, v. 25, n. 3, p.169-189, [2007?].

HERZ, John H. Idealist internationalism and the security dilemma. *World Politics*, v. 2, n. 2, p. 157-180, jan. 1950.

JERVIS, Robert. Cooperation under the security dilemma. *World Politics*, v. 30, n. 1, p.167-214, 1978.

JERVIS, Robert. *The Logic of images in international relations*. Princeton: Princeton University Press, 1970.

MARINHA do Brasil e Armada Argentina realizam Operação “Fraterno XXIX”. *Nomar online*, Brasília, jun. 2011. Seção notícia. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/nomaronline/noticias/30062011/01.html>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

MB: Operação UNITAS 52-2011. *Defesanet*, maio 2011. Seção Naval. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/naval/noticia/891/MB---Operacao-UNITAS-52-2011>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

OPERAÇÃO “ATLASUR-VIII 2010”. *Nomar*, Brasília, n. 823, nov. 2010.

PEACEKEEPING operations. United Nations, [s.d]. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/>>. Acesso em: 02 out. 2011.

POGGIO, Guilherme. Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai juntos na Acrux V. *Poder Naval*, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2011/08/26/argentina-brasil-paraguai-e-uruguai-juntos-na-acrux-v/>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

RESENDE-SANTOS, João. The Origins of Security Cooperation in the Southern Cone. *Latin American Politics and Society*, v. 44, n. 4 p. 89-126, Dec. 2002.

REUNIÃO de coordenação para realização da Operação “ACRUX-V”. *Nomar online*, Brasília, out. 2010. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/menu_h/noticias/04102010/04.html>. Acesso em: 20 ago. 2011.

SENHORAS, Eloi Martins; VITTE, Claudete de Castro Silva. A geoestratégia brasileira na agenda de políticas de segurança da América do Sul. *Strategic Evaluation*, Galiza, v. 1, n. 1, p.212-230, 2007.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho. A formação militar-naval Brasil-Argentina no contexto de cooperação no Atlântico Sul: visões sobre a situação regional. *História*, São Paulo, v. 29, n.2 dez. 2010.

SPELLER, Ian. *Naval Warfare*. In: JORDAN, D. et al. *Understanding Modern Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TEIXEIRA JUNIOR, Augusto Wagner Menezes. Segurança Sul-Americana e a Centralidade do Conselho de Defesa Sul-Americano para a Ordem Regional. *Boletim Meridiano*, Brasília, v. 47, n.117, abr. 2010.

VAZ, Alcides Costa. O atlântico sul nas perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, n. 06, Abr./Jun. 2011.

VILELA, Fernando de Sousa. Integração das Indústrias de Defesa na América do Sul. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 155-172, 2009.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the Social construction of power politics. *International Organization*, v. 46, n. 2, p. 391-425, primavera 1992.

YOUNG, Oran. *The Politics of Force: Bargaining during Superpower Crisis*. Princeton: Princeton University Press, 1968.

Recebido em: 31/09/2011

Aceito em: 29/11/2011